

Vidas de Entremeio: negros e ascensão social no serviço público – o caso de Salvador (BA)¹

Ivo de Santana

Universidade Federal da Bahia (UFBA), BA, Brasil

E-mail: ivosantana@hotmail.com

Resumo

O artigo trata da ascensão social dos negros e traz os depoimentos de 20 homens e mulheres que, em Salvador (BA), ocuparam cargos de alto escalão em instituições do Serviço Público, fazendo microdinâmicas desses processos de mobilidade e discutindo questões ligadas à subjetividade, à identidade, ao cotidiano e a outras dimensões da vida dos que desenvolveram carreiras no serviço público, setor de significativa influência na sociedade brasileira e que, ao mesmo tempo, tem se constituído em importante canal de mobilidade para esse segmento da população. Discorre-se acerca de valores e de visões de mundo buscando compreender como essas pessoas constroem as próprias representações sobre o processo vivenciado. Como significam as próprias experiências e como se pensam significadas pelos outros?

Palavras-chave: Negros. Mobilidade Social. Serviço Público. Identidades. Estilo de Vida.

Abstract

The article deals with the social ascension of blacks and reflects on testimonies of twenty men and women that in Salvador (BA) occupied positions of high step in governmental institutions. I reflect on microdynamic of these processes of mobility, discussing issues related to identities, subjectivities, daily and other dimensions of lives of those who have developed careers in governmental institutions, sector of significant influence in the Brazilian society and that, at the same time, if it has constituted in important canal of mobility for the black people.. I discourse concerning values and worldviews seeking to understand how these people constructs the own representations of experienced process. How they mean the proper experiences and how they think meant for others?

Keywords: Blacks. Social Mobility. Public Service. Identities. Lifestyle.

I Introdução

Na última década, a mídia tem noticiado a expansão das camadas médias brasileiras e, nesse quadro, aparecem alguns indivíduos negros com padrões de renda elevados, formação acadêmica e marcada presença em espaços tradicionalmente reservados à elite econômica e cultural, chegando a exercer cargos de grande “prestígio” na sociedade.

Mas, uma observação mais aprofundada permite constatar que, nesses espaços de poder, os negros continuam subrepresentados, pois compõem um grupo bastante reduzido, e, muitas vezes, submetido a constrangimentos². De tão poucos, quase não aparecem nas estatísticas, tornando instigante refletir sobre as experiências de mobilidade: Como alcançaram tais posições? Como vivenciam o cotidiano da nova posição social, as relações com o passado de pobreza ou as expectativas de futuro? Qual o reflexo da ascensão em seu entorno? Qual o significado que atribuem à experiência vivenciada?

Tais questões se mostram significativas na medida em que vivenciamos um contexto de mudanças sociais no país com uma maior abertura da sociedade para a questão racial. De fato, ampliaram-se os debates e a mobilização para reversão das desigualdade, cobrando-se do Estado a aplicação de políticas de inclusão e valorização da população negra. Nesse sentido, a história das relações raciais no Brasil, vive um momento singular, com maior afirmação da identidade negra. Em relação a períodos anteriores, cresceu o número de pessoas se autodeclarando como negras aumentando a visibilidade desse segmento nas estatísticas oficiais e provocando mudanças positivas em termos não apenas de qualidade mais também de quantidade de informações na mídia e na academia.

Com o intuito de contribuir para a discussão sobre os processos de ascensão social dos negros, proponho uma reflexão sobre a trajetória de indivíduos que alcançaram cargos executivos em instituições do serviço público. Assim, busca-se compreender os percursos de ascensão, as microdinâmicas envolvidas no processo de socialização, a forma como construíram suas representações sobre o processo vivenciado, como significam a própria experiência de ascensão e como se pensam significados pelos outros.

Tais observações decorrem de estudo realizado em Salvador (BA), envolvendo 20 homens e mulheres negras que ocupam postos de prestígio e poder em instituições públicas: comandante de corporação militar, reitor de universidade, corregedor-chefe de polícia, superintendente de instituição, juiz, desembargador, dentre outros.

As entrevistas em profundidade, constituíram o principal recurso de análise. Estas foram gravadas e depois de transcritas, tratadas de acordo com o que Bardin (1979, p. 42) denomina como “análise de conteúdo”. Nos depoimentos, procurou-se explorar variados ângulos da socialização dos informantes e captar percepções que auxiliassem na compreensão da vida social e profissional deles. Ter a noção da trajetória se mostrou fundamental, pois ratificou a análise a partir do indivíduo, sem desconsiderar seu entorno ou determinar que pessoas supostamente pertencentes à mesma classe tenham aspirações e visões idênticas.

Vale dizer que, no decorrer da pesquisa, manteve-se diálogo com diversos autores que nas últimas décadas elaboraram estudos relacionados à ascensão social dos negros no Brasil, principalmente no âmbito das Ciências Sociais, levando também em consideração outras teorias e olhares, em especial aqueles construídos por ações socioculturais dos sujeitos, tentando refletir sobre o novo imaginário social acerca dos negros em ascensão.

2 A Ascensão dos Negros como Campo de Estudo – uma Breve Resenha

A ascensão social dos negros no Brasil não é um fenômeno recente. Contudo, em comparação a outros aspectos da realidade desses

indivíduos, esse é um tema ainda pouco explorado nas Ciências Sociais, cujos estudos têm privilegiado as questões ligadas às camadas populares, aos cultos afro-brasileiros, e, em boa medida, aos que vivem na marginalidade social. Pouco ainda se sabe acerca de como se estruturaram, como se comportam ou de que forma ascendem.

De fato, desde a sua conformação como um campo de estudos sociológicos, a ascensão dos negros não incorporou volume significativo de pesquisas. Algumas se tornaram clássicas e, do ponto de vista dos autores, pode-se dizer que esse tema, além de ter pouca tradição na literatura acadêmica, passa por análises polarizadas em duas vertentes teóricas. (Osório, 2004)

A primeira delas realça o caráter democrático das relações raciais no Brasil, que considera as dificuldades de ascensão social similares às vivenciadas por indivíduos de outros grupos. Nesse caso, dependeria de fatores universais como: origem familiar, investimento em capital humano (educação/qualificação profissional) e capacidade de aproveitamento das oportunidades existentes. Contribuíram para essa visão os trabalhos pioneiros, nos anos de 1930, sobre relações raciais de Freyre (1973; 2000), enfatizando a ascensão do mulato numa sociedade que procurava se integrar pela acomodação dos antagonismos.

Ampliando o debate, devem ser salientadas, nos anos de 1940, as reflexões de Donald Pierson (1971), assim como as pesquisas realizadas nos anos de 1950 no âmbito do Projeto UNESCO, lideradas por Azevedo (1996) e Nogueira (1985; 1998) dentre outros. Esses autores afirmavam a existência do preconceito de cor, até então fortemente negado, e sustentavam que esse poderia ser amenizado a partir de mecanismos de embranquecimento biológico ou social, como casamentos inter-raciais, aumento da educação e apadrinhamento. (Pierson, 1971; Azevedo, 1996; Nogueira, 1985; 1998)

A segunda vertente se desenvolveu a partir dos anos de 1960, destacando-se os estudos desenvolvidos por Fernandes (1965; 1972), Ianni (2004; 2005) e, sobretudo, por Hasenbalg (1979; 1983; 1989; 1996). Tais abordagens revolucionaram o conhecimento que se tinha até então sobre a mobilidade social no Brasil, influenciando pesquisadores mais jovens e que ainda hoje constituem o grupo mais forte de pesquisas sobre o tema.

Os estudos de Hasenbalg (1979) contrariam os argumentos produzidos pela literatura sociológica e antropológica brasileiras, que afirmavam que as desigualdades raciais eram herdadas do passado escravocrata e tendiam a desaparecer com o desenvolvimento do país. Suas pesquisas negam também a noção freyriana de que as desigualdades entre grupos raciais no Brasil seriam menos rígidas e demonstram que, ao longo do tempo, as chances de ascensão para “pretos” e “pardos” continuavam menores do que para os brancos. Mostram ainda que a cor dos indivíduos tinha peso considerável na explicação das desigualdades, provocando um desfavorecimento embutido nas relações sociais, o que dificultava o processo de ascensão.

Segundo Hasenbalg (1983), na estrutura social que se estabeleceu após a Abolição, o preconceito e a discriminação adquiriram novos significados e funções. Práticas racistas do grupo dominante branco, que se instalou a partir daí, estabeleceram benefícios simbólicos e materiais para seus pares, criando fortes barreiras raciais nos processos de mobilidade social dos negros, com a acumulação de desvantagens sucessivas.

Outra contribuição marcante do trabalho de Hasenbalg (1987; 1996) foi chamar a atenção para o fato de que numa sociedade caracterizada por estratos superiores de tamanho reduzido e estratos inferiores proporcionalmente grandes, a maior quantidade relativa dos negros nos escalões mais baixos tendia a reduzir as chances coletivas de eles aproveitarem os canais de ascensão. Contribuía para mantê-los sobrerrepresentados nos grupos de menor acesso à educação, de acentuada evasão escolar e de maior dificuldade em transformar o estudo adquirido em renda. Ainda conforme o autor, as desigualdades raciais, assim produzidas, aliadas às práticas discriminatórias e à violência simbólica exercida sobre esses indivíduos, reforçavam-se mutuamente, levava-os à internalização de um sentimento de inferioridade e autoimagem desfavorável que restringia as aspirações de acordo com o que era culturalmente imposto e definido como o lugar apropriado para as pessoas de cor.

As análises desse autor, a partir de 1983, introduzem novos elementos nos estudos de mobilidade ao apontar que, independentemente

da origem social e da educação, era nos processos intrageracionais de transmissão de *status*, bem como no processo intergeracional de realização educacional, que os efeitos da cor mais se manifestavam. Para ele, os negros que conseguiam fugir da pobreza apresentavam, em contrapartida, uma típica consistência de *status*, considerando-se que grande parte deles, embora possuindo educação superior e realizações ocupacionais de renda, tendiam a enfrentar sérias dificuldades tanto na preservação da própria posição social como da de seus descendentes, uma situação que poderia ser resumida como segue:

Quando são tomados dois pais, um negro e um branco, ambos com exatamente a mesma condição social se esta for baixa, o filho do branco terá melhores chances de ascender na estrutura social; se for elevada o filho do negro correrá mais risco de na hierarquia. [...] tal situação ocorrerá mesmo se esses dois filhos hipotéticos atingissem o mesmo nível educacional, o que pode não ocorrer visto que há diferenças raciais na realização educacional que prejudicam os negros, para vantagem dos brancos. (Osorio, 2003, p. 21)

Os anos seguintes às primeiras formulações de Hasenbalg são tomados pelo avanço de novos conceitos a partir do trabalho conjunto desse autor e de Nelson do Vale e Silva, desde final dos anos de 1980 (Hasenbalg; Silva, 1988; Hasenbalg *et al.* 1999; 2003). Pesquisadores em diversas regiões do país, passaram a desenvolver estudos especializados por área (educação e mercado de trabalho, principalmente), além de outros que buscaram descobrir os micromecanismos de discriminação nos seus diversos âmbitos (escola, mídia, livro didático, locais de trabalho e outros espaços sociais).

Na Bahia, a radicalidade das transformações decorrentes do crescimento industrial ocorrido nos anos de 1970 ofereceu oportunidades significativas de mobilidade social. O alcance e a magnitude das mudanças na dinâmica dos grupos raciais foi alvo de diversas pesquisas que reiteraram para o plano local a persistência de várias formas de relação racial, já documentadas para o contexto nacional. Constatou-se que, em Salvador, os negros estavam sobrerrepresentados entre os que se inseriam nas ocupações mais precárias – instáveis e de menor prestígio na escala social. Eram também os menos instrumentaliza-

dos em termos de educação formal e apenas uma pequena parcela conseguia alcançar ocupações consideradas de alto prestígio ou de maior visibilidade.

Destaca-se o estudo de Castro e Barreto (1992) que, tomando como base a indústria, analisa as possibilidades de constituição de trajetórias ascensionais entre trabalhadores negros na Região Metropolitana de Salvador concluindo que, para os pretos e as mulheres, havia uma sobre-escolaridade na configuração das posições ocupacionais. Aos pretos, que ocupavam funções socialmente mais valorizadas, demandava-se um capital escolar mais elevado que aos brancos, e essa escolaridade, como mecanismo de seleção social, era mais cruel entre as mulheres pretas que, para se inserirem nos setores mais valorizados socialmente, necessitavam ultrapassar barreiras ainda mais exigentes. Sujeitavam-se a uma maior seletividade, não apenas por comparação aos homens, como também às demais mulheres.

Castro e Barreto (1998) apontam ainda que a estrutura do mercado de trabalho em Salvador apresentava espaços diferenciados para negros e brancos. O espaço “cativo” dos brancos correspondia ao das ocupações de mando, que expressavam poder ou posse dos meios de produção. O “espaço negro” equivalia ao das atividades manuais ou de produção, que envolviam dispendioso esforço físico. Nessa condição, para os pretos, a possibilidade de exercício de funções de chefia se concentrava nos escalões intermediários. No máximo, assumiam funções de supervisão.

Em outro momento, Castro e Guimarães (1993), partindo de informações cadastrais sobre os empregados de uma empresa estatal e outra privada, analisaram as desigualdades raciais nos locais de trabalho. Considerando as diferenças entre as gestões de trabalho dessas empresas (quanto ao acesso, posição, mobilidade etc.), observaram que a estratégia de sobre-escolaridade era um dado presente e constituía-se numa saída para os grupos mais discriminados, no caso, as mulheres e os pretos. A discriminação racial e de gênero se verificava em ambas as empresas, contudo a discriminação racial se apresentava mais branda na empresa pública, apontando acentuada desigualdade dos pretos em relação aos outros grupos de cor. O significado social

desses dados se mostra instigante, pois os negros constituíam o maior contingente populacional em Salvador, apresentando a mais elevada taxa de participação na força de trabalho.

As estatísticas oficiais confirmam quão reduzido é o número de negros que ocupam posições de relevo nas instituições. Aliado a isso, pouco ainda se sabe acerca de como essas pessoas se estruturam, se comportam ou como significam as próprias experiências vivenciadas. Para preencher essa lacuna, novos estudos vêm sendo efetuados no sentido de desvendar o universo dos negros que ascendem, adentrando a classe média. Em geral, baseiam-se em narrativas biográficas dos indivíduos e parecem refletir as recentes tendências, em termos de análise, nos estudos sobre os negros que ascendem no Brasil.

Em pesquisa realizada junto a profissionais liberais negros em Salvador, Figueiredo (2002; 2003) analisou a forma como a experiência de mobilidade se relacionava com a assunção de uma identidade negra. Sua pesquisa distingue-se por introduzir novos ingredientes à discussão. O destaque que muitos autores costumam dar à mudança de grupo de referência – experimentada pelos negros ao longo do processo ascensional –, que fazem supor ser uma singularidade desses indivíduos, é contestado pela autora cujas reflexões deixam entrever que tal mudança não se reduz a uma especificidade da trajetória ascensional dos negros, mas trata-se de um fenômeno comum aos processos de mobilidade vivenciados por outros grupos de indivíduos.

Não obstante, ela aponta ainda para a existência de características específicas a demarcarem a fronteira entre as estratégias de ascensão utilizadas pelos negros e por grupos de imigrantes no Brasil. Por exemplo, os projetos de ascensão dos imigrantes e seus descendentes são grandemente facilitados pela utilização de estratégias de socialização e de solidariedade étnica entre os membros de origem comum, ou seja, eles lançam mão de ajuda mútua. Já os negros não recorrem a essas formas tradicionais de solidariedade étnica.

Pelo contrário, conforme suas observações, a ascensão social destes tem sido historicamente orientada a partir do uso de estratégias individuais associado à assimilação dos códigos e valores da sociedade dominante. Para Figueiredo, tais estratégias, em grande medida, passam por um enorme investimento na educação, pelo emprego público,

pelo apoio da rede familiar e, acima de tudo, por escolhas cuidadosas dentro das reais possibilidades de êxito. As estratégias coletivas de solidariedade, quando se apresentam, nunca extrapolam o nível familiar e, nessa condição, as dificuldades se ampliam, pois, além de não contarem com os recursos de que desfrutam algumas minorias étnicas no país, os negros têm contra a sua ascensão o racismo, que os põe constantemente em situações de ter que provar a sua capacidade profissional.

No que tange aos conceitos de negritude, identidade e embranquecimento, a autora mostra que, quando associados à ascensão social, apontam para a não assunção da “identidade negra”. Contrariando a conclusão de várias pesquisas sobre os negros em ascensão social, a autora afirma que, no processo ascensional, muitos dos entrevistados redescobrem símbolos da cultura negra e tentam incorporá-los em suas vidas, um fato que levaria a supor que a escolarização e o conhecimento da história do negro no Brasil têm contribuído para incorporar o orgulho da cor e da ascendência negra.

3 Breve Caracterização dos Entrevistados

As pessoas entrevistadas serão apresentadas a seguir e descritas sob a forma de um resumo de cada entrevista em particular, que foi tomada como homogênea, em que foram acentuados os elementos considerados mais relevantes para contextualizá-las³.

Os entrevistados classificaram-se e foram classificados como negros pelo pesquisador. Ocupavam postos de alto escalão em instituições do serviço público de Salvador, exerciam papel central nas decisões, representando-as publicamente, controlando recursos e gerenciando pessoas. A maioria deles tinha idades entre os 50 e 55 anos⁴ e provinham de origens modestas, vivendo a infância e a adolescência em bairros proletários⁵, em lares onde coabitavam diversos entes⁶. Os pais tinham pouca ou nenhuma escolaridade e exerciam ocupações relativamente estáveis, embora de baixa qualificação e remuneração, ou seja, eram funcionários públicos, operários fabris ou autônomos em atividades tradicionais como a construção civil, pequenos comércios dentre outros.

Todos os entrevistados se revelaram os primeiros da família a ingressarem na universidade, enriquecendo seus currículos com pós-graduações diversas⁷. Adentraram instituições governamentais, via concurso público, desenvolvendo carreiras ascendentes, tornando-se os primeiros negros a alcançarem postos em que atuavam nas instituições tradicionais de Salvador, como universidade, corporação militar, judiciário etc.

Além disso, no universo parental como também dos amigos de infância, tornaram-se os entes que mais avançaram em termos de mobilidade cultural e profissional, logo, eram os que possuíam melhores condições socioeconômicas e culturais naqueles círculos.

Em relação ao estado civil, os dez homens entrevistados mantiveram-se no mesmo casamento, diferentemente das mulheres: dentre as dez entrevistadas, uma nunca se casou, sete estavam divorciadas e apenas duas permaneciam casadas. Possuíam, em média, dois filhos e moravam em bairros da alta classe média de Salvador.

4 Socialização: vidas de entremeio

As limitações textuais de um artigo impedem maior discussão sobre as dimensões de tempo e espaço que são de grande repercussão na socialização dessas pessoas. Por conta disso, tal noção serviu de base para a análise dos relatos. Aqui ela é compreendida como um processo de assimilação dos indivíduos aos grupos sociais. Desenvolvendo-se por toda a vida e se dinamizando à medida que as pessoas adquirem novos papéis e se ajustam à perda de outros mais antigos (Berger; Luckman, 1976). A partir disso, foi possível refletir sobre os sistemas de valores, as concepções, a visão de mundo dessas pessoas e das que as cercavam. Assim, subdividido em categorias temáticas, o processo de socialização dos negros em ascensão, será abordado buscando uma reconstituição mais aproximada do percurso biográfico desses indivíduos no intuito de compreender suas experiências, tanto no presente como no passado.

É importante pontuar que, para essas pessoas, a preparação para a vida adulta – e o ingresso na universidade – transcorreu em décadas

marcadas pelo golpe militar que, por mais de 20 anos (1964-1985), notabilizou-se por violência, censura e repressão (Reis Filho, 2000). Como é sabido, uma relativa parcela de jovens se engajou nas lutas contra a ditadura, outra se envolveu em movimentos alternativos e alguns, mais radicais, que expressaram a juventude da época, situando-a no seu contexto histórico⁸. À época, nenhum dos entrevistados se envolveu em qualquer desses movimentos. Constituíram outro grupo, que seguiu sem que a ditadura interferisse diretamente em suas vidas. Pouco dados a assuntos políticos, mergulharam nos estudos ou no trabalho – sem contestação.

A rígida orientação dos pais os desencorajava ao envolvimento com a realidade política do período: “[...] nós vivíamos desarticulados desses movimentos e eu também não queria que nada atrapalhasse meus objetivos”. Tal constatação é o retrato do comportamento desse grupo, no interior dos seus núcleos familiares, nos bairros de origem, bem como nas relações de alteridade estabelecidas nos diversos contextos sociais vividos.

5 A Família de Origem: classe média como grupo de referência

A família é considerada um dado de extrema importância nos estudos sociológicos. Conforme Parsons (1956), dela recebemos a primeira orientação para ocupar um determinado lugar na vida adulta, e é também onde são transmitidos valores fundamentais para o convívio social. À família negra cabe este mesmo papel, mas, a agregando uma condição adicional: fazer a criança ciente de sua vulnerabilidade nas interações entre brancos e negros de diferentes estruturas sociais.

Chama a atenção nos relatos a importância dada às famílias de origem como apoio no processo de ascensão. Pautados na disciplina, os membros assumiam papéis bem definidos: o pai, provedor, era a autoridade máxima no lar; a mãe, responsável pela socialização da prole, dedicava-se aos afazeres da casa⁹. Aos filhos cabia estudarem cumprindo com os deveres escolares. Ali, não havia espaço para “*extravagâncias*”, como disse um dos entrevistados. Aos rapazes não era permitido o uso de cabelo “*black power*”, tão comum à juventude negra

da época, e às moças desaconselhava-se usar roupas muito coloridas, “*espalhafatosas*” ou curtas, como minissaias. Eram proibidas também amizades ou “*camaradagens*” com a vizinhança.

Os depoimentos também apontaram para uma forma de educação cujos elementos socializadores incentivavam submissão e conformismo, “*para evitar conflitos*”. Essa era uma estratégia usada pelos pais para prevenir ou suavizar possíveis problemas no convívio social. Havia recomendações maternas como: “*Evite confrontos*”, “*não faça barulho pra aparecer demais*”, “*fique na sua, e não perca de vista o seu objetivo, pois assim ninguém vai mexer com você*”.

Socialmente localizadas nos estratos inferiores, essas famílias apresentavam em comum o fato de que era a classe média (ou a imagem que se tinha dela) o grupo de referência normativo utilizado na atribuição de condutas para os filhos. Isso se expressava na busca de ajustamento da prole aos padrões da sociedade ampla como: os sistemas de valores, os estilos de comportamento, de moralidade e até mesmo nas aspirações. Por outro lado, buscavam distingui-los de outros negros (especialmente os da vizinhança), estimulando-os à aproximação com pessoas de “*melhores condições*”. Um dos informantes relatou que sua mãe alertava-o dizendo que “*se a gente não pode estar com quem é melhor do que nós, jamais deve andar com quem é pior*”, ratificando, com isso, valores negativos referentes à condição sociorracial. O fato de os pais terem sido “*rígidos*” e “*rigorosos*” nos dá a medida da preocupação em garantir a obediência aos padrões de respeitabilidade e tendência ao recato, ao asseio e a atitudes prudentes, especialmente nos confrontos com pessoas brancas.

A abordagem da questão racial era sempre evitada. Quando muito, se manifestava indiretamente por exigências de esmero na aparência ou em advertências sobre a conduta pessoal, como: “*esteja sempre bem limpa e apresentada, pra não dar o gosto de ninguém falar*”, “*você mostra muito os dentes, não precisa rir tanto!!!*”, “*não use vermelho*” “*você tem que trabalhar duas vezes mais que os outros pra conseguir alguma coisa*”, “*o único patrimônio do negro é a honra*”. Em especial, um dos entrevistados destacou a advertência do seu tio que lhe dizia para “*tomar cuidado pra não ser aquele que não borra na entrada, mas vai borrar na saída*”.

Assim, nas famílias repercutia a ideia de que os negros tinham um lugar determinado na estrutura social e que, na medida do possível, todos deveriam se adequar a essa situação. A convivência familiar não conduzia à potencialização do enegrecimento que, de certa forma, estaria intimamente ligado ao reconhecimento e valorização das diferenças étnico-culturais. Torna-se, então, compreensível a dificuldade desses jovens para a construção de uma identidade negra positivamente referida, já que, historicamente no Brasil, a “identidade branca”¹⁰ é julgada superior e a imagem que se associa ao termo negro é, na maioria das vezes, de um ser desvalorizado, estigmatizado e sujeito a toda ordem de preconceitos. Não por acaso, para maior parte dos entrevistados, a tomada da consciência racial só se deu na fase adulta, o que não deixa de ser traumático como será mostrado adiante.

6 A Vizinhança: distinção e fuga do destino imutável

A infância e adolescência vivenciadas em áreas populares aproxima a realidade de todos os entrevistados. Tratava-se de redutos majoritariamente habitados por negros e pobres que vivenciavam a precariedade de serviços urbanos e os estigmas atribuídos aos que provêm desses pontos da cidade.

De fato, o local de moradia, mais do que um espaço físico, é também um lugar social e os símbolos a ele atrelados têm importância estratégica na vida das pessoas. Diz um velho ditado: “Dize-me onde moras e te direi quem és”. Esse tema foi explorado por Velho (1975, p. 81), em estudo visando estabelecer uma relação entre divisão social, habitação e ideologia. Segundo ele, a sociedade, mais do que estabelecer uma estratificação entre ricos e pobres, toma como referência o bairro de moradia, determinando as diferenças de prestígio e de *status* social. Dessa forma, a sociedade seria “[...] constituída por estratos onde a distribuição espacial mostra-se fundamental para definir o *status* dos indivíduos, atribuindo-lhes mais ou menos vantagens ou privilégios que são, basicamente, as oportunidades de acesso a determinados padrões materiais ou não-materiais”.

As narrativas apontam que, de modo geral, as relações dos entrevistados com a vizinhança eram cordiais, porém, comportavam uma

preocupação com a “mistura”, a privacidade do lar e o controle da reputação familiar. A depender do tipo de vizinho, as relações eram condenadas pelos pais, que proibiam a aproximação com aqueles que não mantinham padrões de comportamento “*respeitáveis*” ou que se presumisse a possibilidade dos filhos sofrerem algum tipo de discriminação.

É curioso notar que o futebol raramente aparece nas referências à infância e à adolescência dos entrevistados. Ressalte-se que, desde a década de 1940, este já era considerado o esporte mais popular no Brasil, além de um tipo de lazer ligado aos estereótipos do negro, como registra Bastide e Fernandes (1955, p. 113): “*o futebol, o rádio e agora também o teatro constituem esferas de sucesso marcante para os negros*”. A aproximação deles com esse esporte fora curta e distante, em contrapartida às brincadeiras no quintal, carrinhos de lata, jogos de gude com os primos ou conversas na porta de casa com vizinhos bem comportados.

Para as moças, cercadas de “*não pode*” e “*não deve*”, o lazer era ainda mais limitado (geralmente, sob forte vigilância materna). As amizades eram controladas, assim como o tempo e os tipos de brincadeiras. Poucas eram as casas que elas frequentavam. Não participavam do círculo de garotas do bairro e, quando saíam, eram acompanhadas por parentes, quase nunca por colegas da escola. Uma entrevistada admite que “*lazer mesmo a gente não tinha. O lazer da gente era o de toda criança pobre, ou seja, nenhum. Chegava da escola, fazia o dever e o restante do tempo ficávamos em casa ouvindo rádio, lendo revistas, brincando*”.

Distinguindo-se das demais moças do bairro, elas eram alertadas pelos pais a evitarem o namoro ou amizades com pessoas da vizinhança, construindo uma imagem de diferença na qual eram conhecidas no bairro como “*metidas*”, “*gás com água*” (por não se integrarem com as pessoas da rua), “*as melhorzinhas*” (ironia que tomava como referência uma presumida melhor situação econômica) ou “*as neguinhas do asfalto*” (por morarem na parte asfaltada do bairro). Uma entrevistada admitiu que, na rua em que moravam, ela e suas irmãs eram “*muito respeitadas, porque também não éramos qualquer uma*”, sugerindo, assim, distância social entre sua família e a vizinhança (de pretos e pobres) – dando a entender que, nessas áreas, a distinção entre “*gente boa*” e “*gente*

ruim” tende a ser mais importante do que entre as pessoas de cores diferentes. Outra entrevistada afirma:

Não me recordo de a gente ter sofrido alguma coisa por ser negro e também nunca discutimos esse problema lá em casa. Como minha mãe, eu era mais pra branca, e você sabe que mulato implica com preto, não é? – então ela dizia que não gostava de preto, que não queria que a gente namorasse com ninguém da nossa rua.

Aqui, sobressai uma ideia de “projeto” contrapondo-se à de “destino”¹¹, em que o ambiente de origem tem uma representação de imutabilidade. A busca da distinção na vizinhança informa a tentativa de rompimento com o bairro e de não sucumbir ao “destino” representado pela condição em que viviam seus pares de vizinhança. Por exemplo, se os elementos do grupo familiar (ou parte dele) estiverem envolvidos com a ideia de “projeto de vida” – ideia que colocaria a razão no centro ou em todos os domínios de suas vidas – seria obviamente inconcebível admitir o “desígnio” de permanecer vivendo no bairro ou casar com alguém dali, empregado numa ocupação manual (como a dos pais). Isso estaria representando o lado do “destino”, do imutável. Diante disso, a sociabilidade daqueles jovens era direcionada para outras esferas sociais – para outro tipo de parceiro ou uma diferente opção de moradia.

Os sujeitos se reconheciam apreciados na vizinhança como pessoas que conseguiram alcançar seus objetivos de vida. Por conta disso, eram respeitados – inclusive na própria família – como “*estudiosos*” ou “*caprichosos*” (em oposição aos “outros” – ou seja, os “*que não queriam nada*”). Considerando-se que a autoimagem de um indivíduo também possa estar relacionada à percepção que se tem dele, presumo que a imagem positiva que lhes era atribuída contribuiu para aumentar a autoconfiança e responsabilidade para desenvolverem, com relativa tranquilidade, o papel que lhes cumpria executar.

Assim, não é de surpreender que, ao se referirem aos pares do bairro, ou mesmo aos entes familiares que não alcançaram a mesma mobilidade, os sujeitos se utilizassem de frases como “*eles só queriam saber de futebol*” ou “*eles não queriam nada*”, comentários que sugerem tornar óbvio o fato de terem conseguido sair da pobreza e que a ascen-

são não obtida pelos demais era legítima. Tais depreciações apontam para outra dimensão que configura a tentativa de demonstrar que a inferioridade dos “outros” seria não apenas “cultural”, mas também “moral”, como se a oportunidade estivesse aberta para todos e apenas eles se predispuseram a enfrentar as dificuldades da ascensão.

7 A Escola: a adequação do projeto e o trânsito entre dois mundos

Mesmo com pouca escolaridade, os pais não mediam esforços para dar aos filhos a oportunidade que não tiveram. A prioridade dada aos estudos determina a ideia de que a partir dele seria possível desenvolver o projeto de ascensão para “sair da pobreza e ter na família um membro de boa educação”¹². Projeto este vivenciado na intersubjetividade por todos os membros, estimulando, no limite das possibilidades, a mobilização dos escassos recursos coletivos – em seus aspectos material e simbólico – em prol do filho que sinalizava condições para o fortalecimento das aspirações familiares.

De fato, em relação aos demais irmãos, eles permaneceram por um prazo mas longo nas escolas. Realizaram o ciclo completo, ainda que as dificuldades econômicas nem sempre permitissem que todos os demais tivessem as mesmas oportunidades de estudo, como relata uma das entrevistadas.

Eu tinha seis irmãos, minha mãe era analfabeta, mas, naquela dificuldade financeira que a gente vivia, ela sempre se virava pra comprar meu material escolar ou pra dar o transporte. Tirava da comida, esticava, fazia render o dinheiro pouco para me manter na escola. Eu sempre fui boa aluna, e tinha que ser.

Isso possibilitou que ingressassem no mercado de trabalho, em melhores condições, como sugerem os relatos a seguir:

Meu pai, era ele sozinho que trabalhava pra manter os 7 filhos. A gente morava em casa própria, sem luxo, com tudo regrado e a obrigação de estudar. A postura machista dele não permitia que a minha mãe trabalhasse fora, mas ela espichava cabelo e fazia doces. Tinha um menino que vendia pra ela na rua e era com o dinheiro das vendas

que ela ajudava na compra dos cadernos, da merenda e das vestimentas melhores.

Eu sei que tive mais chance de estudar que os meus irmãos. Meus pais queriam que a gente estudasse pra ter uma vida melhor e, como lá no interior não tinha Ginásio, eu vim pra casa de minha tia em Salvador, meu pai mandava a despesa, mas não dava pra todos virem. Os outros cinco ficaram lá no interior e quando vieram pra Salvador já tinham passado da fase regular.

Assim, para atender ao projeto coletivo, as mães complementavam a renda familiar executando no próprio lar serviços de alisamento de cabelos, manicure, costureiras, venda de doces, doceiras, dentre outros. Os pais dobravam horas de trabalho ou faziam biscates e os filhos ajudavam nas tarefas domésticas, ficando dispensado dos encargos mais pesados aquele membro que mostrasse bons rendimentos.

Sob tais premissas, eles aplicaram-se nos estudos. Valeram-se da escola como um espaço de luta pela apropriação do capital cultural¹³, que mais tarde iria orientar suas estratégias de ascensão social.

Eu ficava sozinho estudando, nem namorada eu tinha. Já estava com os meus 20 anos por aí [...], e eu não abria mão de ajudar a família, nem de continuar meus estudos. Nenhuma garota me queria, mas também eu não tinha nada pra oferecer, nem dinheiro pra gastar. Eu era uma pessoa totalmente voltada para os objetivos de vida. Não havia espaço pro namoro.

Nos relatos, repetidas vezes, há elogios à qualidade do ensino das escolas. Considerando-se a média de idade dos entrevistados (entre 50 e 55 anos), conclui-se que tiveram acesso a uma escola pública que ainda gozava de certo prestígio – portanto, obtiveram notas equivalentes às dos filhos de famílias mais estáveis e de melhores condições –, se comparada às particulares, de baixa qualidade, que proliferaram no país, em finais da década de 1960. (Guimarães, 1993; 2000)

Por isso, apropriaram-se de significativo capital cultural que, na prática, foi utilizado como instrumento de barganha na aproximação com colegas, ensejando convites para participar das equipes de trabalhos escolares ou para estudos nas residências de outros estudantes.

Nesse contexto, ampliaram a frequência a espaços em que predominavam pessoas brancas e com melhores condições econômicas.

Os entrevistados apontaram que, por terem sido os primeiros entes da família a ingressarem na universidade, tal fato trouxe aumento às suas interações pessoais, mas também ampliou a convivência com o preconceito e a discriminação. Foram submetidos a experiências diversas, junto a indivíduos de diferentes capitais sociais, culturais, econômicos e simbólicos.

A integração nesses novos círculos foi construída solitariamente, adotando estratégias específicas que evidenciam o esforço para encobrir fragilidades ligadas não apenas à pobreza, mas também à ascendência africana, tendo em vista que, no Brasil, os significados sociais criados a partir da cor e do baixo padrão de vida tornam o fenótipo negro um indicador do *status* inferior (social e econômico).

Isso ficou explícito quando relataram terem omitido o endereço em que moravam, suprimido ou mentido sobre a condição econômica familiar, e até mesmo manipulado suas próprias características raciais. Um deles admitiu que, quando mais jovem, ao nomear sua cor, sempre a definia como parda, pois se sentia inferiorizado ao admitir-se negro. Expressa-se aí não apenas a violência simbólica, que perpassava seu cotidiano, mas, sobretudo, o retrato de uma época em que no país, o racismo era mais acirrado.

As narrativas apontam outras condutas utilizadas para encobrir fragilidades as quais se viam expostos, como o fato de se esquivarem dos movimentos políticos e evitarem aproximação com outros negros, adotando hábitos que acreditavam distingui-los do “negro massa”¹⁴. Interessante observar que a busca por essa distinção não gerou unidade entre os que assim procediam. Pelo contrário, pois, nos espaços sociais em que estavam inseridos, a convivência entre pares negros refletia certa tensão, que inibia o estreitamento de laços ou mesmo o desenvolvimento de solidariedades. Nessas ocasiões, evitava-se qualquer menção aos “assuntos delicados”, ou seja, temas relacionados ao racismo, à discriminação ou ao passado de pobreza.

Chama a atenção o fato de que na juventude eles não frequentavam os espaços do meio negro, onde geralmente outros negros

buscavam sociabilidade, acolhimento e oportunidade de se manifestarem. O distanciamento parece não ter conduzido tais jovens ao desenvolvimento de uma autoestima positiva. Conforme declararam, acreditavam-se feios, desinteressantes e retraídos nos ambientes que frequentavam.

Na escola, a integração se realizava, preferencialmente, com pessoas brancas e de camada mais alta, certamente face a expectativa de obtenção dos benefícios simbólicos que acreditavam extrair dessas relações, que exigiam esforço adicional na medida que tinham de se empenhar na construção de uma representação positiva, confiável, atrativa e passível de aceitação. Sobre isso, Sansone (2004, p. 82) mostra que quanto mais negroides os traços de uma pessoa, mais ela terá que tentar compensá-los com outras “qualidades”, como elegância, cortesia, simpatia, bondade, uma conversa interessante etc. Por exemplo, uma moça negra, igualmente “sensual” e “bonita”, ao namorar, tem que fazer muito mais esforços do que a branca.

Para ganharem destaque, empenhavam-se por boas notas nas provas, adotando também um modelo de bom comportamento. Tais atributos facilitavam a aproximação com os colegas de melhores condições econômicas, gerando, para esses negros, duplo benefício: por um lado, sinalizavam para os pais que mereciam a continuidade do investimento familiar; por outro, passavam uma imagem positiva no meio escolar para obterem facilidade nas interações. Assim, transitavam entre a vivência da família de origem e a dos colegas. Tratase, obviamente, de realidades diferenciadas em seus estilos de vida, concepções particulares e prioridades distintas, mas que aprenderam a lidar, desenvolvendo, além de estratégias racionais, uma capacidade de adaptar-se às circunstâncias.

A orientação dada pelas famílias de origem estimulava-os à imersão na atmosfera burguesa, instando a uma inserção atomizada dessas pessoas em universos constituídos quase que exclusivamente por brancos, de melhores condições econômicas, como podemos depreender dos comentários de duas das entrevistadas afirmando que “*Eu sempre fui a ameixa do chantilly*”, ou “*eu era sempre o pontinho preto nos ambientes*”. Nesses grupos, quase não havia espaço para compartilharem certas vivências, sujeitando-se a subalternidades e a fidelidades acríicas

diante de situações que, via de regra, jamais ousariam tensionar. Tais considerações explicam a participação subsidiária deles nos grupos: nunca exerciam liderança, e a representação era secundária.

O ingresso na universidade ocorreu, como fora dito, em um dos períodos mais duros da repressão militar no Brasil: proibições de participação política, onde mencionar ideias de raça ou racismo resultava em sanções sociais, pois feria os princípios da segurança nacional. Qualquer pessoa que assim o fizesse era, então, rotulada de racista, atraindo o poder de repressão militar para si¹⁵. Logo, participar de movimentos sociais era sinônimo de perigo, pois traria complicações indesejadas. Ademais, eles tinham sobre si a força de uma socialização familiar e um projeto de ascensão centrado neles, que invocava conformismo para que fossem evitadas tensões, especialmente quanto à questão racial ou política.

Contudo, mesmo sem participação ativa, eles incorporaram a nova visão de mundo que caracterizou a população negra dessa época. Alguns, levados por amigos e sem maiores vinculações ou compromissos, frequentaram reuniões do movimento negro ou dos diretórios escolares – mas, ao que parece, isso se deu da mesma forma como antigamente eles iam às igrejas: em busca de verdades e maior entendimento das injustiças do mundo. As inconformidades que cada um experimentava eram sempre represadas neles mesmos ou expressadas conformadamente, sem maiores repercussões. Mesmo assim, faz a diferença ter tido participação, mesmo que limitada, em entidades do movimento negro ou até mesmo ter tido a consciência da atuação destas organizações, através de relatos de parentes e amigos. Aqueles que tinham realizado tal experiência exibiam, quanto à questão racial, um discurso mais incisivo e permeado de análises críticas.

8 O Mundo do Trabalho: opção pelo setor público

A maioria dos informantes passou a integrar o serviço público entre os anos de 1973 e 1979, período que, no Brasil, a economia crescia em ritmo acelerado. Na Bahia, destaca-se a formação de um vasto sistema industrial, concentrado em empreendimentos como a

Petrobrás, o Centro Industrial de Aratu, o Complexo Petroquímico de Camaçari, além do desenvolvimento de outros setores¹⁶.

Nascidos, em sua grande maioria, entre o final dos anos 40 e meados dos anos 50, essas pessoas cresceram e elaboraram seus projetos pessoais em um tempo social de rápidas e profundas mudanças. Dentre as opções mais promissoras de emprego, a indústria se apresentava como uma nova e importante via de mobilidade social¹⁷, contudo, o recrutamento dos empregados era fortemente seletivo, apoiando-se em entrevistas que tendiam a deixar os negros de fora das ocupações e dos postos mais valorizados. Guimarães (1993) aponta que, na indústria, a progressão dos brancos e mulatos é maior que a dos negros, indicando que a cor é discriminador importante na progressão das carreiras na indústria.

O comércio varejista era uma outra alternativa, no entanto para essas pessoas tratava-se de ramo bastante competitivo e de difícil implementação, dado o alto custo e as dificuldades de obtenção de empréstimos para a montagem de negócio. Além disso, nas famílias deles não havia tradição em tal área. Restava, ainda o setor bancário que conforme Santana (1999), era de difícil inserção para os negros, e também o serviço público, cujo ingresso não requeria experiência anterior de trabalho, nem familiaridade com saberes técnicos, ou mesmo redes informais de relações pessoais, o chamado “pistolão”. As vagas eram preenchidas por concursos, permitindo ao negro capacitado evitar a “desagradável” experiência das entrevistas, em que era levada em conta a “boa aparência” – subjetividade que, por princípio, excluía o negro das ocupações de maior prestígio e remuneração.

Os relatos forneceram indicações importantes para entendermos a opção pela função pública, a partir da localização no tempo e no espaço. Mesmo sem o atrativo de bons salários, como os da indústria, a segurança e a estabilidade foram pré-requisitos relevantes na escolha, sugerindo uma forte relação dessa opção com as dificuldades enfrentadas por eles no âmbito da socialização primária.

Ao ingressarem no funcionalismo público, foram admitidos em cargos técnicos de nível superior: analista, auditor, professor, médico, advogado etc. Portanto, não ingressaram em postos de auxiliares,

serviços gerais, limpeza) para, posteriormente, uma vez estabilizados, tentarem a passagem para funções mais valorizadas. Chegaram ao mercado de trabalho com algum poder de barganha, expressado no diploma que os credenciava.

Apesar disso, a progressão na carreira não se configurou pacificamente. Constituiu-se processo penoso, com barreiras e privações de lazer. A fala a seguir ajuda a entender a desproteção e a condição desvantajosa em que se desenvolveram essas carreiras, considerando que:

Alguém que é branco e que vai prestar o concurso já tem amigos na rede. Às vezes, na própria família, ou parentes, ou pessoas próximas que vão ajudar a pessoa a se preparar para aquele concurso. Em geral, o negro está chegando de uma situação muito desprotegida diante de um concurso desses. Ele não tem rede de apoio. A rede de apoio é algo que está em volta do mérito. Uma grande parte do mérito de qualquer um de nós é a rede de apoio que temos, uma coisa difícil de mensurar¹⁸

Se comparados à maioria dos concorrentes às vagas – pessoas brancas e de classe média –, não tiveram condições de aprender línguas na juventude, jamais fizeram viagens ao exterior e, certamente, tiveram acesso restrito a relevante capital simbólico e cultural. Tiveram pouca ou nenhuma convivência em círculos de pessoas influentes, um fato que costuma facilitar a construção da ascensão, vez que os cargos diretivos no serviço público não são preenchidos por critérios meritocráticos, mas por “confiança”¹⁹.

A construção da ascensão se deu através de estratégias individuais, destacando-se a superdedicação nas atividades²⁰, aliada a superespecialização dos currículos e o investimento no relacionamento interpessoal menos conflituoso. A essas estratégias acrescentam-se outras, dentre elas, o esmero na aparência, assim como o afastamento dos “espaços negros” e dos grupos referenciais de origem. Alguns autores costumam denominar esse processo de “branqueamento”, numa alusão à ideologia que preconiza a transformação física do negro como forma de escapar do confinamento de sua cor e de aumentar as possibilidades de ascensão social. Sobre isso, compartilho das postulações de Figueiredo (2003), ao afirmar que estas pessoas não se sentem

embranquecidas, ao contrário, sofrem processo de enegrecimento, visto que a classe dominante sempre lhes mostra que são negros e que, portanto, deveriam ocupar outro espaço na sociedade, ratificando a posição de inferioridade. A exemplo do que ocorria na vida escolar, o distanciamento de movimentos contestatórios prosseguiu durante a trajetória profissional, fazendo-os evitar aproximação com sindicatos e outras instâncias de reivindicação coletiva.

No ambiente profissional, faltam-lhes pares raciais²¹ para compartilhar conquistas ou dificuldades específicas, haja vista que nem sempre o poder conquistado representa aceitabilidade por parte do branco conforme observa Silva (2000, p. 119).

Os entrevistados referiram-se à ascensão como um fato positivo, que lhes permitiu uma situação econômica e social privilegiada em relação à maioria dos negros. Eles promoveram a melhoria das condições de vida dos pais, ofereceram ajuda aos parentes mais pobres, assim como melhor qualidade de vida e maior capacitação educacional para si e para os filhos. A ascensão conferiu valores simbólicos ao grupo parental, mas, ainda assim, certas subjetividades se mantiveram no contexto da relação dos entrevistados com o núcleo familiar de origem. Admitiram enfrentar conflitos pessoais diante do acentuado desnível social que havia entre eles e o entorno de parentes que os cercava. Explicitaram incômodo e constrangimento pelo fato de serem os únicos no círculo parental a alcançarem patamar social de tal monta. Uma das entrevistadas expressou que vivenciava *“um sentimento que não diria que é de culpa, quando eu vejo que enquanto eu avanço, está todo o resto lá... parado: irmãos, tias, primas”*. Trata-se de um desconforto reproduzido nos diversos depoimentos que, ao mesmo tempo, parece encontrar alívio ou compensação na ajuda econômica prestada à família.

9 O Cotidiano e a Experiência do Racismo na Prática

A consciência do racismo e a experiência da discriminação aproximou as histórias dos informantes: das lembranças da juventude na vizinhança e na escola até o cotidiano mais recente nas variadas esferas da vida social. Situações constrangedoras que ratificaram nos entrevistados a negação de si mesmos.

Quando questionados sobre preconceito racial, mostraram-se desconfortáveis em tocar nesse assunto, especialmente se relacionado à esfera profissional. Evitavam identificar o preconceito nas relações de trabalho, seja explicitando um discurso ameno ou exaltando o êxito individual, e até reconhecendo a existência de racismo na instituição, exceto em suas áreas de trabalho. As ocorrências de preconceito eram referidas a eventos fora do ambiente profissional como: perceber que, depois de alguns segundos andando atrás de alguém, a pessoa segurava a bolsa mais fortemente; sentir-se olhado com desconfiança ao entrar em estabelecimentos comerciais; ser confundido com porteiro, segurança ou garçom, por estar trajado a rigor em certas esferas sociais.

Outro dado frequente nos depoimentos foi a menção a expressões de “*surpresa*” quando anunciados na condição de autoridades públicas em ambientes coletivos. Tal constatação confirma a persistência do estranhamento das pessoas quando se deparam com um negro exercendo posição de destaque na estrutura ocupacional. Conforme Souza (2011), isso revela uma das formas mais nítidas de reconhecimento de uma hierarquia social entre brancos e negros no mercado de trabalho, levando as pessoas a questioná-los em sua qualificação, na capacidade de tomar decisões, e até mesmo na de exercer a autoridade necessária ao cargo.

Por outro lado, os depoimentos relevaram uma espécie de “discriminação positiva” com que os entrevistados se perceberam tratados em certas esferas sociais. Este comportamento se configurava em frequentes ressalvas, ao *status* profissional dos sujeitos em apresentações informais, assim como a individuação, à luz de um critério essencialmente “branco”, com tratamentos do tipo: “*Esse é o Doutor Fulano, uma pessoa muito especial...*”; ou mesmo exaltação como “*é a negra mais elegante dessa cidade*”. Para Kaly (2001), é “*um tratamento como se fosse branco*”, que, em regra, provocava ressentimentos, já que tratar alguém “*como se fosse*” é, em certo sentido, o mesmo que declarar-lhe que “*não é*”.

A pesquisa realizada por Almeida (2007) investigou 2.363 pessoas em 102 municípios do país, levantando a opinião dos brasileiros sobre diversos valores do cotidiano social, econômico e político. Com base nos dados levantados e em cruzamentos mais específicos, como

o que relaciona a cor da pele a profissões de maior ou menor prestígio, ele observou que os brancos eram sempre associados às posições mais prestigiadas da sociedade. Foram mostradas fotos de uma mesma pessoa não branca, mas em trajes diferentes e associados a profissões de mecânico, professor e advogado, sem que houvesse diferença significativa nas respostas. Um dado relevante foi que a percepção das outras pessoas com relação à cor não mudava, mesmo com a ascensão social, demonstrando que na sociedade brasileira há uma representação de lugares estabelecidos para os negros, mas, sobretudo, que o negro que ascende socialmente está saindo desses lugares²².

Com efeito, a sobre-representação dos negros em determinadas ocupações tende a criar uma referência de que aquela ocupação é tipicamente negra, a exemplo da associação entre ser negro e exercer uma ocupação subalterna. Essa associação entre cor e ocupação está explicitada nos relatos: mulheres negras revelaram terem sido abordadas como empregadas domésticas em suas próprias casas, ou os homens, confundidos com serviçais e até lavadores de carro no condomínio em que moravam. O fato de o emprego doméstico e de o não especializado serem grandes nichos ocupacionais dos homens e mulheres negras que possuem baixa escolaridade e reduzida experiência profissional resulta nessa associação, como revela um informante, citando fato ocorrido com um colega.

Ele já era coronel e estava no condomínio lavando o carro dele com o maior capricho quando um cara branco chegou e falou: “Ô negão, quanto é que você cobra pra lavar meu carro?”, aí ele disse: “pode trazer ele aí amanhã”. No dia seguinte o cara trouxe o carro e ficou apavorado, pois o coronel o recebeu fardado, com as medalhas e tudo. (risos)

Esse depoimento é instigante não apenas pela situação constrangedora vivenciada por ambos, mas pela forma como foi apresentada. Instado a falar sobre suas experiências em relação ao preconceito racial, o entrevistado declarou ter dificuldades de lembrar uma situação pessoal, mas que relataria uma situação “*engraçada*” ocorrida com um colega e que ele “*sempre gostava de lembrar*”. O fato não ocorreu diretamente com o entrevistado, mas ele o interpretava como uma

situação preconceituosa, elegendo-a para referenciar sua vivência com o preconceito. Esse comportamento apareceu em outros depoimentos, como uma estratégia de falar abertamente sobre o assunto – sem que se expusessem.

Reconhecer ter sofrido atos preconceituosos não se mostrou exercício fácil para os entrevistados. Alguns buscavam dissimular a recorrência da discriminação, relatando-a como simples episódio isolado ou fato circunstancial perpetrado por alguns indivíduos que ainda acreditavam na inferioridade do negro. Em contraponto, houve entrevistados que fizeram uso do “não” como resposta imediata, negando qualquer ocorrência.

Ao longo das sessões de entrevista, tais negativas e omissões não se sustentavam, pois, à medida que as conversas transcorriam, essas pessoas contavam histórias que contradiziam suas falas iniciais. Uma informante relatou que, por conta do rigor familiar, desde a adolescência, sempre foi muito caseira. Alegou nunca ter enfrentado situação discriminatória. Entretanto, na sequência seu discurso reproduzia a socialização familiar a partir da ideia de que “*quem vai sem ser convidado, volta sem ser mandado*”, ou “*não costumo ir onde não sou chamada*”. Sugeriu a prática de uma espécie de “autoexclusão”, em que a entrevistada evitava frequentar locais onde imaginava, de antemão, que a recepção seria negativa. Pode-se relativizar a fala dessa informante se entendemos que, em qualquer espaço, só pode se sentir discriminado quem teve a oportunidade de frequentá-lo.

Em outro caso, ao ser questionado sobre o tema, outro entrevistado foi enfático afirmando que nunca havia sido vítima de preconceito racial. Entretanto, mais adiante, numa espécie de resistência em assumir que viveu tal situação, relatou que procurava não dar lugar para que isso acontecesse e que já a tinha presenciado com terceiros, alguém que “*não sabia se impor*” e que, por isso, foi alvo de atitude preconceituosa. Esse relato revela um comportamento ambíguo, mas muito comum nos depoimentos: o sujeito se colocava como exceção, demonstrando reconhecer a existência do preconceito na sociedade, mas evitava personificá-lo, ou marcar alguém, especificamente, que tivesse passado por isso.

Os depoimentos evidenciaram que eles não estavam acostumados a refletir ou falar naturalmente dessas situações. Desconfortos nem sempre verbalizados eram passíveis de tradução nos olhares ou a partir de “silêncios” que pareciam gritar desrespeito ou desprezo, mas também a demonstração de impotência frente ao forte racismo da sociedade. Tais silêncios pareciam reproduzir o que fora herdado da socialização no lar: a dificuldade em falar abertamente sobre sentimentos ou situações que remetessem a sofrimento e despreparo da família para enfrentar do problema. Houve entrevistado que revelou que, nas situações de insulto, sua mãe, para preservá-lo do “sofrimento”, dizia: “Não foi isso que aconteceu, você se equivocou”, sugerindo que o direito de reagir e se indignar estavam sendo expropriados. Outro informante assim se manifesta:

Essas coisas de racismo eu não passava pra ninguém. Pra ninguém! Eu estou relatando isso pra você depois de mais de trinta anos. Absorvia isso isoladamente, nunca dividi esses problemas. Não, nunca me abria. A mãe e o pai percebiam minhas angústias e tentavam amenizar a situação sem tocar diretamente no assunto [...] por exemplo, no bairro mesmo onde morávamos, nossa casa era de um lado e do outro lado haviam famílias brancas. Eles se contatavam uns com os outros, mas raramente conosco. As festinhas de aniversário de criança, nós nunca éramos convidados. A gente ficava ali, olhando.

Ainda que no núcleo familiar de origem houvesse o mínimo de abordagem sobre esses assuntos, a discussão era muito mais distante em outros espaços de socialização²³, a exemplo do círculo de amigos preferenciais na universidade, composto de brancos de classe média, fatalmente permeado de contradições e dificuldades para abordar questões raciais. O esforço solitário delas na superação dessas dificuldades fica evidente na fala de um dos entrevistados que dizia “*administrar a situação*” dissimulando ignorância e calando diante de possíveis ou reais manifestações de racismo.

Situações de preconceito racial envolvendo negros que ascenderam socialmente não são incomuns, mas pouquíssimas delas são dadas a conhecer – especialmente quando ocorrem no ambiente profissional. Suas vítimas tendem a silenciar sobre o fato, evitando a

maior divulgação, certamente por acreditar que seu destaque possa causar embaraços e constrangimentos. Por outro lado, não se expor representaria uma estratégia de evidenciar a diferença desses sujeitos em relação ao “negro massa”.

Não são poucos os casos de negros, com boas condições socioeconômicas, que afirmam ter sido alvo de suspeitas, sem qualquer motivo, de forças policiais, por estarem dirigindo um bom carro ou ostentando riqueza. O Secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo, Edvaldo Brito, foi parado quatro vezes pela polícia depois que assumiu o cargo. Vale dizer que, em todas as vezes, ele estava em carro oficial, com segurança e motorista, também negros. Esse episódio mostra que, mesmo com a ascensão econômica ou cultural, os negros permanecem expostos ao racismo, entretanto, este se apresenta de modo diferente daquele que atinge os de condição mais baixa: sempre mais sutil, quase imperceptível para alguns, mas nem tanto para os sujeitos discriminados.

O discurso de que o preconceito no Brasil é basicamente de classe já teve peso relevante na compreensão das nossas relações raciais. Contudo, hoje, perde espaço para a constatação de que as pessoas negras são alvo de preconceito racial não por causa de sua origem ou situação de classe, mas, por causa da aparência – aspecto “racializado” que gera maior preconceito.

Para o negro que ascende socialmente, a peculiaridade vem do fato de que ele sai do lugar de subalterno, comum à maioria de seus pares, para uma posição em que sua presença é algo incomum. Fica exposto a um preconceito manifestado em “brincadeiras” que o estereotipam, e não raramente percebem-se observados com curiosidade – gerando surpresa e constrangimento – quando participam de atividades sociais em espaços tradicionalmente reservados à classe média.

Um fato analisado por Soares (2004) foi confirmado nesse estudo, e está ligado aos constrangimentos enfrentados nas relações de consumo. Os entrevistados relataram situações em que foram tratados com desconfiança em suas investidas para adquirir ou desfrutar de bens sociais e simbólicos associados a pessoas de poder aquisitivo elevado. Desconfiança também manifestada no ambiente profissional, levando

-os a ter de demonstrar competência ou posicionamento enérgico para provarem que mereciam o lugar de prestígio que lograram conquistar.

Nas relações com pessoas brancas e/ou desconhecidas eles incorporavam de forma mais ou menos consciente condutas que indicavam prudências e atitudes premonitórias, como forma de proteção contra possíveis atos preconceituosos. Era como se eles estivessem sempre “preparados” para lidar com o problema. Uma preparação não no sentido de esperar que a manifestação preconceituosa acontecesse de fato, mas, para não serem surpreendidos.

Observa-se que essas pessoas não lidavam frequentemente com o preconceito, porém, raras vezes se surpreendiam quando se deparavam com tal situação. Ao longo do tempo, haviam desenvolvido a capacidade não apenas de identificá-la, mas, também evitavam locais que houvesse maior probabilidade de tratamento ofensivo.

Embora o preconceito se apresentasse como um dado do cotidiano dessas pessoas, não significava que eles pensassem nessa possibilidade o tempo todo, ou que esse cotidiano fosse marcado por uma permanente rotina de preconceitos. Estes foram mais frequentes durante a construção da carreira ou na conquista do cargo, porém, o fato de ocuparem posições hierarquicamente elevadas não os livrava desses enfrentamentos, ou seja, havia sempre a possibilidade de que eles ocorressem.

Mesmo demonstrando forte intolerância às manifestações de preconceito, suas reações sempre se pautaram em formas racionalizadas, evitando dar publicidade a tais ocorrências. Chama a atenção o fato de que, ainda que tivessem consciência de uma série de recursos a apelar, eles se esquivavam de recorrer à esfera jurídica, inclusive. Decerto, considerando que conflitos sempre pressupõem ameaça à carreira, além de destacarem a indesejada condição de “discriminável” (ou discriminado) que a maior exposição do fato associaria às suas imagens pessoais.

10 Considerações Finais

Ao refletir sobre parte das trajetórias de negros que ocuparam cargos de executivos em organizações governamentais, busquei dar

visibilidade a este segmento, ainda minoritário nas Instituições Públicas brasileiras, e ao mesmo tempo responder a indagações pessoais acerca da minha própria experiência de negro que vivenciou análogo processo de ascensão social.

Considero importantes as contribuições deste trabalho para estimular outra(o)s negra(o)s que almejam seguir a carreira do Serviço Público, bem como para o acúmulo de discussões que visem propor políticas públicas de discriminação positiva para os segmentos mais afetados pela discriminação.

Ao me aproximar do universo dessas pessoas, compartilhei de momentos de extrema sensibilidade e percebi que a realidade delas é muito mais complexa e acidentada do que eu poderia imaginar. Migraram de classe no curto espaço de uma geração, experimentando uma ascensão social sem precedentes do ponto de vista sociorracial nas instituições em que atuam, como também no próprio meio familiar.

No contexto brasileiro, surpreendem pela ausência de suportes em coletivos sociais, em atributos de riqueza ou *status* de família. Travaram lutas por vezes cruéis no enfrentamento de situações preconceituosas e discriminatórias, que nunca apareciam sob a forma de uma hostilidade e agressão explícita, mas sempre presentes no discurso, falando pelo silêncio, gesto, comportamento, tom de voz e, até mesmo, pelo tratamento diferenciado reservado a esses indivíduos enquanto autoridades públicas. Por isso, desenvolveram a estratégia de calar o racismo, adotando o “passar por cima”, o “fingir não entender” e o “desvelar-se para sobreviver nos grupos”.

Distinguiram-se e distanciaram-se da “massa dos negros”, construindo um estilo de vida nos moldes da classe média, mas não lograram uma perfeita integração ao “mundo dos brancos”. Convivendo num leque restrito de relações, experimentam o sentimento de “fora de lugar” e a solidão étnica decorrente da falta de pares sociorraciais para compartilhar experiências vivenciadas silenciosamente.

Muitos desses negros não se posicionam frontalmente contra o racismo em seu cotidiano, o que parece não significar uma alienação ou ingênua visão de como se dão as relações raciais no Brasil. Mesmo que alguns comportamentos pareçam conformismo e individualismo,

entendo que eles precisam ser compreendidos na dimensão da existência dessas pessoas, nos contextos sociais que vivenciaram e nas formas como foram e são vistas em nossa sociedade.

Esses negros geraram uma forma singular de identidade, construída na individualidade e sem suporte comunitário. Prescindiram da comunidade étnica ao seu redor e construíram um coletivo simbólico que não gera unidade entre si, pois a isolada mobilidade e a dispersa localização no âmbito de diversas instituições dificultam a aproximação entre eles, como também qualquer tipo de mobilização.

Devemos lembrar que essas pessoas se projetaram há pouco tempo, e não devemos esperar articulações parecidas àquelas manifestadas em grupos sociais mais estabilizados, onde os pactos, mais do que uma reação à ameaça ao *status* de classe média ascendente, são estratégia coletiva de sobrevivência. Individualmente, manifestam repúdio à discriminação, contudo, não adotam comportamento radical nem se organizam coletivamente voltados ao seu enfrentamento, como ocorreu em torno dos anos de 1930 e finais dos anos de 1970, especialmente no sul do país.

A não ser a formação de redes centradas em torno da celebração de momentos marcantes na carreira de cada um, não há referência a coletivo social ou político relacionado a esses negros de classe média. Em verdade, eles têm sentimentos coletivos, mas, quando criam estratégias, estas são individualistas e individuais, talvez por temerem que as estratégias coletivas possam criar mais obstáculos que vantagens, mais adversários que aliados.

A experiência dessas pessoas comprova que a discriminação racial ultrapassa os limites da pobreza, ou seja, se esta contribui para intimidar os negros, o seu desaparecimento não elimina a discriminação racial, que atinge também os que ascenderam socialmente. O racismo brasileiro continua a produzir e naturalizar desigualdades que penalizam os negros e diante disso é dramático conceber que a nova geração de brancos e negros também prosseguirá com essa diferença no mercado de trabalho. No entanto, alguns indicadores também apontam para um futuro promissor. Há, hoje, um número maior de pessoas afirmando-se como negras, apontando para um au-

mento na autoestima desse segmento da população. Intensificam-se as pressões para a ampliação da cidadania com o movimento social negro cada vez mais ativo e com uma pauta de reivindicações mais organizada – especialmente o movimento de estudantes negros. Desde que o primeiro aluno negro ingressou em uma universidade pública pelo sistema de cotas, há dez anos, vários deles já estão empregados e uma grande quantidade vem aumentando a oferta qualificada de emprego e forçando a entrada no mercado.

Abordar as histórias desses negros que ascenderam no serviço público – o contexto em que estas se desenvolvem, estudando as questões raciais nelas envolvidas e implicações que cercaram a vida dessas pessoas – foi um exercício que me exigiu mais do que dedicação. Cobrou-me profundo respeito, cuidado e, sobretudo, responsabilidade no tratamento dado aos depoimentos. Em muitos deles me reconheci. Fui surpreendido, tomado por estranhamento e alguma tristeza. Mas também vibrei, alegre, com as conquistas relatadas que remeteram a minha história pessoal.

Como sujeitos políticos, seus depoimentos permitem uma leitura social em que há a apreensão do ontem, a reflexão do hoje e a possível construção do amanhã. Podemos também considerá-los uma geração “entremeios”, como diria Spitzer (2001), um coorte geracional especial, reflexo da ditadura e da redemocratização. Assim, a experiência dessa geração traz, ainda, a compreensão do curso da ascensão social e o desenvolvimento de processos identitários, em um contexto onde há importantes alterações a partir da consolidação de políticas afirmativas, com o paulatino apoio do Estado brasileiro às medidas de redistribuição dos recursos a partir de critérios sociais e étnico-raciais.

Sob o ponto de vista do projeto familiar de ascensão, a prática do sacrifício e renúncia deu certo para essa geração, o que leva a perguntas cruciais que podem contemplar investigações futuras, cujas respostas suscitam muitas outras questões: Seria esta uma geração irrepetível de indivíduos? Até que ponto essas experiências são repetíveis para a próxima geração? O que será de seus filhos? Que tipo de socialização e processos identitários vivenciarão os filhos dessas pessoas?

Notas

- ¹ Esse texto é uma versão adaptada dos capítulos IV e V da minha tese de doutorado. A expressão Vida de Entremeios faz referência à obra de Spitzer (2001), que analisa a ascensão social de negros, mulatos e judeus que se ergueram da escravidão, saindo do gueto para ingressar na sociedade burguesa em era próxima à da revolução francesa. A leitura dessa obra muito me inspirou a realizar esse estudo.
- ² Um dos levantamentos nacionais que dimensionam a ocupação de cargos de direção por mulheres e negros é o Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil, publicado periodicamente pelo Instituto ETHOS e IBOPE, O relatório de 2010, publicado no site <http://www1.ethos.org.br/ethosweb/arquivo/0-a-eb4perfil_2010.pdf> mostra que no quadro executivo, a ocupação evoluiu de 2,6% em 2001 para 5,3% em 2010. Um crescimento lento em quase 10 anos. Os negros, conforme classificação do IBGE, têm rendimento inferior. Os brancos ganham o dobro e os negros representam apenas 20% dos brasileiros que ganham mais de dez salários mínimos. O curioso é que os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2010 revelam que 51% da população é negra.
- ³ Lembrando Clifford (1998), não há aqui a pretensão de que esses indivíduos desapareçam totalmente no resultado final do trabalho, um fato que seria totalmente passível de acontecer. Tal preocupação tem um maior sentido na medida que me refiro ao pensamento geral de um conjunto de agentes sociais que teve como base um processo de pesquisa, cujos dados foram tratados “fora do campo” e traduzidos em um texto que se encontra separado das situações discursivas, típicas do trabalho de campo
- ⁴ As idades variaram entre 40 e 63 anos, sendo que os extremos ocorreram cada qual apenas uma vez. Os nomes dos informantes e a denominação dos cargos foram omitidos buscando preservar-lhes a privacidade.
- ⁵ Refiro-me aos bairros: Uruguai, Tororó, Cidade Nova, Cosme de Farias, Liberdade, Engenho Velho.
- ⁶ Em um destes lares, o grupo familiar totalizava 15 pessoas, entre pais, filhos e parentes em situação precária.
- ⁷ Cinco dos informantes concluíram mestrado e um deles realizou o doutoramento fora do país.
- ⁸ Os jovens entravam em conflito dentro e fora da escola, fazendo reivindicações, denunciando perseguições políticas a alunos e professores etc. Muitos foram torturados, mortos ou desaparecidos (Noronha, 2014). A ditadura não permitia contestação ao racismo. Em 1974, em Salvador, o surgimento de um bloco de carnaval composto apenas de negros e com o nome de Poder Negro (atualmente Ilê Ayê), motivou perseguição policial. A saída do bloco foi acompanhada por caminhões, cheios de soldados virados de costas uns para os outros. Varias pessoas desistiram de sair no bloco, pois as famílias não deixavam com receio. Ver Correio Braziliense (2006).
- ⁹ É interessante notar que todos os filhos se voltaram para ocupações mais tradicionais, ou seja, ninguém fez dança, teatro, da mesma forma que não tornaram grandes intelectuais, ou festeiros, beberrões, pelo contrário, tornaram-se reservados, não fumam, bebem socialmente e apreciam leitura.
- ¹⁰ O termo reporta-se a uma condição de ser relacionada a dimensões corpóreas construídas com base em características físicas que permitem a classificação de

pessoas e grupos como brancos, face ao matiz de pele, além de ser outra condição simbólica relacionada a valores e experiências vividas por pessoas brancas. (Ware, p. 2004)

- ¹¹ Nesta perspectiva a vida segue a partir de um “destino”, que conduz os indivíduos a despeito de suas vontades e estaria vinculada a esquemas de interpretação de uma ordem referente à imutabilidade de condição social. Sobre a discussão “projeto *versus* destino”. (Rosa, 1999)
- ¹² Em relação ao conceito de projeto, beneficiei-me das obras de diversos autores, mas a influência principal vem de A. Schultz, que o define como “*conduta organizada para atingir finalidades específicas*”, ou seja, um plano concatenado antecipadamente e que poderia incluir desde a mudança de bairro, a poupança forçada, e até mesmo a seleção das amizades. (Schultz, 1970, p. 20)
- ¹³ O conceito de capital social tem sido objeto de discussão para diversos cientistas sociais, em variadas áreas, no entanto, foram os sociólogos Pierre Bourdieu e James Coleman, na década de 80, que o transformaram em um tópico específico de estudo, buscando entender como indivíduos inseridos em uma rede de relações sociais podem se beneficiar de sua posição ou gerar externalidades positivas para outros. (Coleman, 1986, p.100), (Parcel e Dufur, 2001, p. 882). Já o conceito de capital cultural refere-se ao conjunto de disposições cultivadas que forma os esquemas de apreciação e entendimento dos bens culturais. O capital econômico está representado pelos ganhos do chefe de família, uma vez que determinam o nível de vida ou bem-estar de todo o grupo. A esse respeito, ver Bourdieu (1977, 1862).
- ¹⁴ Expressão usada por Costa Pinto (1953, p. 337) reportando-se aos negros menos letrados ou marginalizados e em oposição a “negros de elite”.
- ¹⁵ A despeito disso, foi em meados dos anos 1970 que os debates sobre as questões raciais se intensificaram nas grandes capitais brasileiras, consagrando o Movimento Negro Unificado como o fórum privilegiado de debates sobre a discriminação racial.
- ¹⁶ Como a construção civil, comunicações, bancos, administração pública e outros, voltados ao atendimento das necessidades do crescimento industrial e demográfico da cidade.
- ¹⁷ A indústria garantia altos salários e benefícios extrassalariais de difícil acesso para trabalhadores do comércio e a função pública - setores de emprego tradicionalmente acessíveis às camadas mais pobres da cidade.
- ¹⁸ Trecho de entrevista do professor José Jorge de Carvalho ao jornal do Sindjus-BSB e intitulada “O Brasil é um país racista”, datada de 27 de janeiro de 2006.
- ¹⁹ Nessas situações, a competência ou a experiência ficam em segundo plano. Mais importante seriam as relações sociais, os vínculos de amizade com pessoas com poder de decisão, ou o apadrinhamento político, um critério que influencia negativamente a construção da carreira dos negros. Estes, além do racismo, têm contra si a ausência dessas redes de relações, isto é, não têm essa “confiança”
- ²⁰ A superdedicação se expressa no esforço de chamar a atenção dos superiores hierárquicos sobre o próprio desempenho, geralmente com jornadas extensivas, aprimoramento da formação profissional, (com recursos próprios) e a demonstração de alto comprometimento com a instituição - inclusive em sacrifício da própria vida familiar e da convivência com os amigos.
- ²¹ Refere-se a indivíduos de semelhantes experiências sociorraciais.
- ²² A expressão “ponha-se no seu lugar” demonstra não somente que há lugares, mas também que cada um sabe qual é o seu – um “lugar” que tem a marca da cor.

Nesse sentido, o lugar do negro no mercado de trabalho tem sido o das ocupações de menor prestígio, baixa escolaridade e remuneração. Os conceitos nativos de “no lugar” e “fora de lugar” são objeto de interessante discussão em Silva (2001).

²³ Por vezes, no lar, as abordagens também repassavam preconceitos e estereótipos adquiridos pelos adultos em sua trajetória de vida.

Referências

ALMEIDA, Alberto C. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social, classes sociais e grupos de prestígio**. Salvador: Edufba, 1996.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi. 1955.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

BOURDIEU Pierre; PASSERON, Jean C. **Reproduction in Education, Society and Culture**. Beverly Hills, Califórnia: Sage, 1977.

BOURDIEU Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1982.

BRITO, Máira de D. Vovô do Ilê Aiyê fala sobre a resistência à ditadura. **Correio Braziliense**, *on-line*, 25 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2012/11/25/interna_diversao_arte,335671/vovo-do-ile-fala-ao-correio-sobre-resistencia-a-ditadura.shtml> . Acesso em: 18 ago > 2014.

CASTRO, Nádia A.; BARRETO, Vanda S. **Os negros que dão certo**: mercado de trabalho, mobilidades e desigualdades raciais. Apresentada ao XVI Encontro ANPOCS, 1992. (mimeo)

CASTRO, Nádia A; BARRETO, Vanda S. Trabalho e desigualdades raciais: hipóteses desafiantes e realidades por interpretar. *In*: CASTRO, Nádia Araújo; BARRETO, Vanda Sá. **Trabalho e desigualdades raciais**. São Paulo: Anablume, 1998.

CASTRO, Nádia A.; GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 24, CEAA, 1993.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation human capital. Equality of educational opportunity. American Journal of Sociology, Washington DC, v. 94, United States Government Office, 1986.
- COSTA PINTO, L. A. **O Negro no Rio de Janeiro**: Relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- FIGUEIREDO, Ângela. **Novas elites de cor**: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador. São Paulo: Annablume, 2002.
- FIGUEIREDO, Ângela. **A classe média não vai ao paraíso**: trajetórias, perfis e negritude entre empresários negros. Tese Doutorado em Sociologia – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GUIMARÃES, Antônio S. A. Operários e Mobilidade social na Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 8, n. 22, ANPOCS, jun. 1993.
- GUIMARÃES, Antônio S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- GUIMARÃES, Antônio S. A.; HUNTLEY, Lynn W. **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GUIMARÃES, Antônio S. A. O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38. 2000.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HASENBALG, Carlos. Anotações sobre a classe média negra no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 26, 1983.
- HASENBALG, Carlos. Desigualdades sociais e oportunidades educacionais. Raça negra e educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, nov. p. 19-24, 1987.

HASENBALG, Carlos. Raça e mobilidade social. *In*: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do V. (Org.). **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HASENBALG, Carlos *et al.* Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HASENBALG, Carlos. A distribuição de recursos familiares. *In*: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do V. (Org.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks. 2003.

IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2005.

IANNI, Octavio. O preconceito racial no Brasil: entrevista com Otavio Ianni. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 18, n. 50, p. 06-20, 2004.

KALY, A Pascal. O ser preto africano no “paraíso terrestre” brasileiro: um sociólogo senegalês no Brasil. Paris: Karthala; 2001.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

NORONHA, Danielle P. de. Juventudes e ditadura militar: As representações no cinema brasileiro contemporâneo. III Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Juventudes-e-ditadura-militar-As-representac-Ão-Ães-no-cinema-brasileiro-contempor-Ãneo.pdf>> . Acesso em: 28 ago. 2014.

OSÓRIO, Rafael G. A mobilidade social dos negros brasileiros. Texto para discussão n. 1.033. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <www.ipea.gov.br> . Acesso em: 21 maio 2014.

PARCEL, T.; DUFUR, M. Capital at home and at school: effects on student achievement. **Social Forces**, v. 79, n. 3, p. 881-912, mar. 2001.

PARSONS, Talcot. **Family, socialization and interaction process**. Londres: Routledge and Kegan Paul. 1956

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia**: estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

REIS FILHO, Daniel A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar. 2000.

ROSA, Renata de M. **Vivendo um conto de fadas**: ensaio sobre cor e fantasia entre cariocas e estrangeiros. Tese de mestrado do Programa de pós-graduação em sociologia e política da UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SANTANA, Ivo de. Executivos negros em organizações bancárias de Salvador: dramas e tramas do processo de ascensão social. **Revista Afro-Ásia**, Salvador: CEAO/UFBA, n. 23, p. 199-240, 1999.

SILVA, Maria N. O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe? **Revista Mediações**, Londrina: UEL, v. 5, n. 2, p. 99-124, 2000.

SCHULTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SINDJUS-BSB. **O Brasil é um país racista**: entrevista do professor José Jorge de Carvalho ao jornal do Sindjus-BSB em 27 janeiro de 2006.

SOUZA, Andréa A. de. **Barreiras raciais e mobilidade ocupacional**: um estudo sobre a ascensão dos negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307019984_ARQUIVO_Trajetoriagestoresnegros.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio**: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945; Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

WARE, V. **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Recebido em 3/1/2014.

Aceito em 5/8/2014